



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO I

RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Assessoria Especial e Representação Institucional do Recife	Anexo III	Individual	Assessoria Especial e Representação Institucional do Recife	- Assessoria Especial e Representação Institucional do Recife
Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife	Anexo VI	Individual	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana	- Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana
Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife	Anexo VI	Individual	Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife	- Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife
Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	- Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife
Autarquia de Urbanização do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Prezeis do Recife
Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	- Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife - Fundo Previdenciário do Recife
Câmara Municipal do Recife	Anexo V	Individual	Câmara Municipal do Recife	- Câmara Municipal do Recife
Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos do Recife	Anexo VII	Individual	Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	- Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Controladoria Geral do Município do Recife	Anexo III	Individual	Controladoria Geral do Município do Recife	- Controladoria Geral do Município do Recife
Empresa Municipal de Informática do Recife	Anexo VII	Individual	Empresa Municipal de Informática do Recife	- Empresa Municipal de Informática do Recife
Fundação de Cultura Cidade do Recife	Anexo VI	Individual	Fundação de Cultura Cidade do Recife	- Fundação de Cultura Cidade do Recife
Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife	- Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	- Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife
Fundo de Incentivo à Cultura do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife	- Secretaria de Cultura do Recife, - Fundo de Incentivo à Cultura do Recife
Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife	- Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Fundo de Revitalização do Bairro do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Prezeis do Recife
Fundo do Trabalho do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	- Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife - Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita - Fundo do Trabalho do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Fundo Especial de Apoio à Procuradoria-Geral do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria-Geral do Município do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Procuradoria-Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos sob a Gestão da Procuradoria-Geral do Município do Recife
Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Fundo Financeiro do Recife	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife - Fundo Previdenciário do Recife
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria-Geral do Município do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Procuradoria-Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos sob a Gestão da Procuradoria-Geral do Município do Recife
Fundo Municipal de Assistência Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife - Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita - Fundo do Trabalho do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita	Anexo IV	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife - Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita - Fundo do Trabalho do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Habitação do Recife	- Secretaria de Habitação do Recife - Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife
Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Gabinete de Projetos Especiais do Recife	- Gabinete de Projetos Especiais do Recife - Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife
Fundo Municipal de Juventude do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Fundo Municipal de Política para a Mulher do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria da Mulher do Recife	- Secretaria da Mulher do Recife - Fundo Municipal de Política para a Mulher do Recife
Fundo Municipal de Saneamento do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saneamento do Recife	- Secretaria de Saneamento do Recife - Fundo Municipal de Saneamento do Recife.
Fundo Municipal de Saúde do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	- Secretaria de Saúde do Recife - Fundo Municipal de Saúde do Recife
Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife	- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife; Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal Prezeis do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Prezeis do Recife
Fundo Previdenciário do Recife	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	- Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife – RECIFIN - Fundo Previdenciário do Recife – RECIPREV
Gabinete de Comunicação do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Comunicação do Recife	- Gabinete de Comunicação do Recife
Gabinete de Imprensa do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Imprensa do Recife	- Gabinete de Imprensa do Recife
Gabinete de Projetos Especiais do Recife	Anexo III	Agregada	Gabinete de Projetos Especiais do Recife	- Gabinete de Projetos Especiais do Recife - Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife
Gabinete do Centro do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Centro do Recife	- Gabinete do Centro do Recife
Gabinete do Prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Prefeito do Recife	- Gabinete do Prefeito do Recife
Gabinete do Vice-prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Vice-prefeito do Recife	- Gabinete do Vice-prefeito do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Procuradoria-Geral do Município do Recife	Anexo III	Agregada	Procuradoria-Geral do Município do Recife	- Procuradoria-Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos sob a Gestão da Procuradoria-Geral do Município do Recife
Recursos Sob a Gestão da Procuradoria-Geral do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria-Geral do Município do Recife	- Procuradoria-Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos sob a Gestão da Procuradoria-Geral do Município do Recife
Recursos sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	- Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife	- Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife - Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife
Secretaria da Mulher do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria da Mulher do Recife	- Secretaria da Mulher do Recife
Secretaria de Cultura do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife	Secretaria de Cultura do Recife - Fundo de Incentivo à Cultura do Recife
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Secretaria de Educação do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Educação do Recife	- Secretaria de Educação do Recife
Secretaria de Esportes do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Esportes do Recife	- Secretaria de Esportes do Recife
Secretaria de Finanças do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	- Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Secretaria de Governo e Participação Social do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Governo e Participação Social do Recife	- Secretaria de Governo e Participação Social do Recife
Secretaria de Habitação do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Habitação do Recife	- Secretaria de Habitação do Recife - Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife
Secretaria de Infraestrutura do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Infraestrutura do Recife	- Secretaria de Infraestrutura do Recife
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife	- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife - Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife	- Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife - Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife
Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife	- Secretaria de Política Urbana e Licenciamento do Recife - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Secretaria de Saneamento do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Saneamento do Recife	- Secretaria de Saneamento do Recife - Fundo Municipal de Saneamento do Recife.
Secretaria de Saúde do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	- Secretaria de Saúde do Recife - Fundo Municipal de Saúde do Recife
Secretaria de Segurança Cidadã do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Segurança Cidadã	- Secretaria de Segurança Cidadã do Recife
Secretaria de Turismo e Lazer do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Turismo e Lazer do Recife	- Secretaria de Turismo e Lazer do Recife
Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	- Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife - Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita - Fundo do Trabalho do Recife



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO II

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Orçamentário de cada Fundo Municipal (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Balanço Patrimonial do Município (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
6	Balanço Patrimonial de cada Fundo Municipal (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
8	Balanço Financeiro do Município (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
9	Balanço Financeiro de cada Fundo Municipal (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Município, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
11	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de cada Fundo Municipal, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor	PDF	-
12	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
13	Demonstração das Variações Patrimoniais de cada Fundo Municipal (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
14	Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
16	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
17	Demonstração da Dívida Fundada de cada Fundo Municipal (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
18	Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
19	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
20	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Município (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
21	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada de cada Fundo Municipal (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
22	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
23	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada Fundo Municipal (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
24	Demonstração da Despesa Realizada de cada Fundo Municipal, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
25	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
26	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas de cada Fundo Municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
27	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
28	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
29	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
30	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
31	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
32	Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVI desta Resolução.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
33	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
34	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
35	Cópias das atas de registro de preços vigentes no exercício e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela prefeitura, das quais resultaram despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
36	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
37	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXII desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
38	<p>Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005:</p> <p>1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;</p> <p>2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete;</p> <p>3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XVII.</p>	Gestor	PDF	-
39	<p>Relação dos termos de parceria vigentes no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida na Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.</p>	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
40	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
41	<p>Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XXVI.</p>	Gestor	PDF	-
42	<p>Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.</p>	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
43	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
44	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
45	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
46	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
47	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
48	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
49	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-
50	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO III

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
8	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
9	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas por projeto/atividade/ operação especial, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
10	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
11	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
12	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
13	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
14	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
16	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
17	Cópias das atas de registro de preços realizadas pela Secretaria e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Secretaria, das quais resultaram despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
18	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
19	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXII desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
20	<p>Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XVII. 	Gestor	PDF	-
21	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. 	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
22	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida na Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF	-
23	Relação dos convênios vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade concedente, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de convênio.	Gestor	PDF	-
24	Relação dos convênios e outros instrumentos congêneres vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade recebedora, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de valores repassados no período para cada termo de convênio.	Gestor	PDF	-
25	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.	Gestor	PDF	-
26	Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XXVI	Gestor	PDF	-
27	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
28	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XV desta Resolução; b) ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.	Gestor	PDF	-
29	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
30	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO IV

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS FUNDOS ESPECIAIS E RECURSOS SOB GESTÃO DE SECRETARIA - SOMENTE OS
ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTA RESOLUÇÃO**

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
8	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
9	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
12	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
13	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
14	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
15	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
16	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
17	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
18	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
19	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
20	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
23	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
24	Declaração do presidente do respectivo Conselho Municipal de que a prestação de contas foi analisada e/ou foi emitido parecer sobre as contas do exercício.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
25	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
26	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-
27	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO V

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
8	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
9	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
12	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
13	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
14	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
16	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
17	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
18	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
19	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
20	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
23	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
24	Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
25	Relatório de Gestão Fiscal referente ao último período de verificação do exercício, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
26	Aplicativo de informações municipais estruturadas do exercício da prestação de contas, devidamente alimentado, disponível em www.tce.pe.gov.br , conforme modelo e orientações constantes do próprio aplicativo.	Gestor e responsável pela Contabilidade	XLS	-
27	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
28	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
29	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-

ANEXO VI

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EXCETO OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
13	Demonstrativo da Despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
14	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
15	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
16	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
17	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
18	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
19	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
20	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
21	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Autarquia ou Fundação, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
22	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
23	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
24	<p>Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.</p>	Gestor	PDF	-
25	<p>Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa.</p>	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
26	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
27	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
28	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
29	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-
30	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO VII

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanco Patrimonial previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
8	Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
11	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
12	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
13	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
14	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
15	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
16	Cópias das atas de registro de preços realizadas pela Entidade e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Empresa, das quais resultaram despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
17	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
18	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.	Gestor	PDF	-
19	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
20	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
21	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
22	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual n° 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual n°. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-
23	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO VIII

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
8	Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
11	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
12	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
13	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
14	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
15	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
16	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Sociedade de Economia Mista, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
17	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
18	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.	Gestor	PDF	-
19	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
20	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
21	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes.	Gestor	PDF	4
22	Parecer do Conselho Fiscal e, se houver, dos Auditores Independentes.	Gestor	PDF	-
23	Relação das entidades subsidiárias, coligadas e controladas direta ou indiretamente, incluindo, em cada caso, o respectivo percentual de participação no capital.	Gestor	PDF	-
24	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
25	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO IX

**CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
13	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
14	Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, e modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-
16	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
17	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, ou período de gestão.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
18	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
19	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
20	Cópias das atas de registro de preços realizadas pelo Consórcio e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pelo Consórcio, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
21	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
22	<p>Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XVII. 	Gestor	PDF	-
23	Relação das Comissões de Licitação, designadas para o período, contendo números das portarias, nomes completos, funções nas comissões e datas de designação/destituição, extraída do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contratos – LICON	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
24	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
25	Relação dos contratos de rateio vigentes no exercício.	Gestor	PDF	-
26	Cópias dos contratos de rateio vigentes no exercício.	Gestor	PDF	-
27	Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XXVI.	Gestor	PDF	-
28	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
29	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
30	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
31	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
32	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
33	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXI desta Resolução.	Gestor	PDF	-
34	Quadro discriminando a força de trabalho, apresentando o quantitativo de servidores conforme a natureza do seu vínculo com o consórcio, se, CLT, estatutário, comissionado, à disposição do consórcio, contratado temporariamente, terceirizado, estagiário, ou outra modalidade de vínculo existente.	Gestor	PDF	-
35	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
36	Relação dos valores recebidos, com a data do crédito, mediante contrato de rateio.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
37	Relação dos valores recebidos, mediante instrumento diverso do contrato de rateio, com a data do crédito e a indicação do respectivo tipo de instrumento contratual utilizado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
38	Relação dos valores repassados a terceiros, mediante convênio, termo de parceria, e contrato de gestão, com a data do repasse e a indicação do respectivo tipo de instrumento de contratualização utilizado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
39	Relação dos contratos de programa vigentes no exercício.	Gestor	PDF	-
40	Cópias dos contratos de programa vigentes no exercício.	Gestor	PDF	-
41	Atas das Assembleias Gerais realizadas no exercício.	Gestor	PDF	-
42	Parecer(es) do Conselho Fiscal e atas das reuniões realizadas no exercício	Gestor	PDF	-
43	Relatório de atividades do Controle Interno no exercício.	Gestor	PDF	-
44	Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de Controle Interno do consórcio, detalhando-se para cada uma, as medidas tomadas para saneamento das irregularidades porventura identificadas, referidas no relatório de auditoria.	Gestor	PDF	-
45	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada.	Gestor	PDF	-
46	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais instauradas, com a indicação de sua situação ao final do exercício, se concluídas ou não.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
47	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais concluídas, que tenham sido instauradas em exercícios anteriores, indicando o exercício de instauração.	Gestor	PDF	-
48	Parecer do representante legal do consórcio sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem no caso dos contratos de gestão, nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF	-
49	Declaração do representante legal do consórcio, em cada caso, de compatibilidade entre as metas propostas no contrato de gestão firmado com a OS e o que ficou pactuado nos contratos de programa.	Gestor	PDF	-
50	Relação dos contratos de gestão vigentes firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, nos termos da Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF	-
51	Relação dos termos de parceria vigentes firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida na Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO X

CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, QUER SEJAM INSTITUÍDOS SOB NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU FUNDO ESPECIAL

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
5	Balço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), apresentando individualmente os comparativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
12	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão e/ou sistema municipal	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
13	Demonstração da Despesa Realizada, segundo a sua natureza, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
14	Relação de todas as contas bancárias e de investimentos, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, apresentando individualmente os documentos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
16	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno do órgão e/ou sistema municipal	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
17	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
18	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
19	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
20	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
22	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
23	Política de Investimentos (NÃO É O DPIN) e revisões posteriores executadas no exercício da prestação de contas, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
24	Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
25	Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo XII desta Resolução (Portaria MPS nº 402, de 11 de dezembro de 2008 e alterações).	Gestor	PDF	-
26	Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício anterior. (Refere-se a todos os segurados vinculados ao RPPS no Município).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
27	Termos de acordo de pagamento das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, celebrados e/ou cujas prestações venceram no exercício da prestação de contas, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
28	Declaração da data do último recenseamento previdenciário realizado, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do RPPS.	Gestor	PDF	-
29	Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas contendo a estrutura e os elementos definidos pela Portaria MF nº 464/2018 e normas regulamentadoras, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor	PDF	-
30	Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas, contendo a estrutura e os elementos definidos pela Portaria MF nº 464/2018 e normas regulamentadoras, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor	PDF	-
31	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
32	Nota técnica atuarial referente à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado a massa.	Gestor	PDF	-
33	Nota técnica atuarial referente à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado a massa.	Gestor	PDF	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
34	Declaração contendo os dados pessoais dos membros dos órgãos colegiados do regime próprio no exercício da prestação de contas, incluindo comitê de investimentos, que detalhe qual ente e/ou Poder os indicaram (Prefeitura, Câmara, sindicatos, segurados, entre outros) e quais os presidentes de cada um deles, acostando as portarias de nomeação e a ata de eleição dos presidentes dos colegiados, se for o caso.	Gestor	PDF	-
35	Relação dos dados pessoais (nome, CPF, telefone, e-mail, cargo e endereço completo) dos membros do comitê de investimentos, e seus respectivos presidentes, acostando as portarias de nomeação e a ata de eleição dos presidentes, se houver.	Gestor	PDF	-
36	Atas dos órgãos colegiados do regime próprio do exercício da prestação de contas, incluindo comitê de investimentos.	Gestor	PDF	-
37	Relatórios gerenciais de rentabilidade das aplicações e investimentos dos meses do exercício da prestação de contas contendo, no mínimo: identificação do fundo de investimento ou forma de aplicação (títulos, poupança, entre outros); saldo no início do período; aplicações e resgates no período; saldo final; rentabilidade por tipo de aplicação; rentabilidade consolidada do período.	Gestor	PDF	-
38	Ofícios de encaminhamento da avaliação atuarial da data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas para os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo.	Gestor	PDF	-
39	Base cadastral contendo os registros dos servidores ativos, inativos e pensionistas para a elaboração do cálculo atuarial da data base 31/12 do exercício da prestação de contas.	Gestor	PDF CSV/EXCEL	-
40	Extratos mensais das contas de investimentos e aplicações pertencentes ao exercício da prestação de contas.	Gestor	PDF	-
41	Autorizações de aplicação e resgate (APR) referentes às movimentações das contas de investimentos e aplicações do exercício da prestação de contas.	Gestor	PDF	-
42	Fluxos atuariais no formato CSV referentes à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas do plano previdenciário.	Gestor	CSV	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
43	Fluxos atuariais no formato CSV referentes à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas do plano previdenciário.	Gestor	CSV	-
44	Relatórios mensais de riscos e de aderência à política de investimentos.	Gestor	PDF	-
45	Fluxos atuariais no formato CSV referentes à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas do plano financeiro, caso seja segregado	Gestor	CSV	-
46	Fluxos atuariais no formato CSV referentes à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior da prestação de contas do plano financeiro, caso seja segregado.	Gestor	CSV	-
47	Livro Razão Analítico Contábil do regime próprio referente ao exercício da prestação de contas.	Gestor	CSV	-



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XI

**DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
(RPPS)**

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Alíquotas de contribuição, previstas na lei municipal nº __, de __/__/__

Servidores Ativos: __%

Inativos e Pensionistas: __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial): __%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): _____



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XI-A

**CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (9)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (11)		DATA DO VENCIMENTO (12)	DATA DO REPASSE (13)
COMPETÊNCIA	VALOR (8)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

NOTAS: vide Notas 8 a 13 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XI-B

**CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR (8)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (10)	RECOLHIDA (11)		DATA DO VENCIMENTO (12)	DATA DO REPASSE (13)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Maior								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								
13º Salário								
TOTAL								

NOTAS: vide Notas 8 a 13 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XI-C

**CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE - COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Em R\$

BASE DE CÁLCULO			CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR (14)					
COMPETÊNCIA		VALOR (8)	DEVIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (11)		DATA DO VENCIMENTO (12)	DATA DO REPASSE (13)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Mai								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								
13º Salário								
TOTAL								

NOTAS: vide Notas 8 a 14 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XII

**DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA, POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO**

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Em R\$

Segmento de Aplicação (15)	Tipo de Investimento (16)	Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)		Valor Aplicado (19)	Percentual Aplicado (20)
		Base Legal (17)	Percentual (18)		

NOTAS: vide Notas 15 a 20 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XIII

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

ANEXO XIII-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (22)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (24)		DATA DO VENCIMENTO (25)	DATA DO REPASSE (26)
COMPETÊNCIA	VALOR (21)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

NOTAS: vide Notas 21 a 26 no ANEXO XXIII.

**ANEXO XIII-B
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR (21)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (23)	RECOLHIDA (24)		DATA DO VENCIMENTO (25)	DATA DO REPASSE (26)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Mai								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								
13º Salário								
TOTAL								

NOTAS: vide Notas 21 a 26 no ANEXO XXIII.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XV

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Programa/Ações/ Subação (47)	Dotação autorizada (48)	Despesa liquidada (49)	% C/B (50)	Produto (51)	Meta física prevista (52)	Meta física realizada (53)	Comentários (54)	Indicador do programa (55)
1. Número e nome do Programa na LOA (*)								
1.1 Ação/Subação								
1.2 Ação/Subação								
1.3 Ação/Subação								
1.4 Ação/Subação								
2.								
2.1								
2.2								

(*) Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária.

NOTAS: vide Notas 47 a 55 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XVI

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM EVENTOS COMEMORATIVOS DE CARNAVAL, FESTAS RELIGIOSAS, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, SÃO JOÃO, SÃO PEDRO, MICARETA, CAVALGADA, NATAL, RÉVEILLON E OUTRAS TRADIÇÕES CULTURAIS REALIZADAS PELA PREFEITURA OU COM SUA CONTRAPARTIDA

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Em R\$

Nome da festa	Período	Modalidade e número dos procedimentos licitatórios	Número das notas de empenho	Credores	Valor gasto pela prefeitura com recursos próprios	Valor gasto pela prefeitura com recursos recebidos de transferências	
						De órgãos públicos	Da iniciativa privada
TOTAL							



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XVII

**DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Determinação/Recomendação (56)	Situação (57)	Ações (58)	Justificativa (59)
Processo TC nº:			
Processo TC nº:			

NOTAS: vide Notas 56 a 59 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XVIII

**REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

TODOS OS DOCUMENTOS	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>Devem conter as seguintes informações gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Nome do órgão ou entidade; b. Natureza jurídica do órgão ou entidade; c. Domicílio do órgão ou entidade; d. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade; e. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis; f. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: <ol style="list-style-type: none"> i. os Poderes (Executivo e Legislativo); ii. a Administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; iii. a relação dos órgãos e entidades da administração pública integrantes da consolidação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; b. Novas normas e políticas contábeis alteradas; c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: <ol style="list-style-type: none"> i. classificação de ativos; ii. constituição de provisões; iii. reconhecimento de variações patrimoniais; iv. transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.</p>
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>Outras informações relevantes, por exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; b. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro do órgão ou entidade e pressupostos das estimativas; c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do órgão ou da entidade no futuro; d. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

TODOS OS DOCUMENTOS

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Devem ser apresentadas de forma sistemática com cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando: a. Para as receitas: Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receita Realizada e o Saldo a Realizar; b. Para as despesas: Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo da Dotação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução:
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos.

BALANÇO PATRIMONIAL

NBC T SP 16.5	Ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis, se houver.
NBC T SP 16.10 e MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Ativos imobilizados obtidos a título gratuito, se houver (descrever critério de avaliação ou impossibilidade de mensuração):
	Caso haja transferências de ativos, descrever se foi atribuído o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.
NBC T SP 16.10	Ativos intangíveis obtidos a título gratuito, se houver (descrever critério de mensuração ou impossibilidade de mensuração)
NBC T SP 16.7	Justificativa para a existência de componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Deverão ser detalhadas as seguintes contas sintéticas não detalhadas no quadro principal: <ul style="list-style-type: none"> a. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; b. Imobilizado; c. Intangível; d. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo e a longo prazo; e. Provisões a curto prazo e a longo prazo; f. Demais elementos patrimoniais, quando relevante.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento dos montantes expostos nas demonstrações para ajustes, depreciações, amortizações e exaustões: <ul style="list-style-type: none"> a. Critérios adotados, informando se foram utilizadas taxas diferentes em função das características dos bens; b. Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Divulgar a relação entre as provisões e passivos contingentes que surgiram de um mesmo conjunto de circunstâncias
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	No caso de perdas da Dívida Ativa, divulgar a metodologia utilizada e a memória de cálculo
NBC T SP 03 – Item 97 e 98	Para cada tipo/classe de provisão, apresentar: <ul style="list-style-type: none"> a. valor contábil no início e no final do período; b. provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c. valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; d. valores não utilizados revertidos durante o período; e. aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto; f. breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços; g. indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas; h. valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.
NBC T SP 03 – Item 100	A menos que a possibilidade de qualquer saída para a liquidação seja remota, a entidade deve divulgar, para cada tipo/classe de passivo contingente: <ul style="list-style-type: none"> a. breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando aplicável: <ul style="list-style-type: none"> i. uma estimativa de seus efeitos financeiros; ii. uma indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída; iii. a possibilidade de algum reembolso.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
NBC T SP 04 – Item 47	<p>Em relação aos estoques, divulgar:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo critérios de valoração utilizados; b. valor total contabilizado em estoques e o valor classificado em outras contas específicas da entidade; c. valor de estoques contabilizados pelo valor justo menos as despesas de venda; d. valor de estoques reconhecido como despesa durante o período; e. valor de qualquer redução de estoques reconhecido como despesa no resultado do período, de acordo com o item 42; f. valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do período, de acordo com o item 42; g. circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão da redução de estoques, de acordo com o item 42; h. valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.
Art. 8º e Art. 50 da Lei Complementar nº101/2000 (LRF)	Apresentar a disponibilidade de caixa detalhada, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	No caso de entes que possuem RPPS, apresentar e contextualizar a memória de cálculo da provisão matemática previdenciária, inclusive informações complementares quando na ocorrência de aportes a déficit atuarial.
NBC T SP – 01 – Item 106	<p>Se for o caso, apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. montante dos passivos reconhecidos referentes aos ativos transferidos sujeitos a condições; b. montante dos passivos reconhecido em relação aos empréstimos subsidiados que está sujeito a condições sobre os ativos transferidos; c. montante dos ativos reconhecido que estão sujeitos a restrições e a natureza de tais restrições; d. existência e os montantes de quaisquer recebimentos antecipados em relação às transações sem contraprestação; a. montante de quaisquer passivos perdoados.
NBC T SP – 01 – Item 107	<p>Se for o caso, apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. a natureza e o tipo das principais classes de heranças, presentes e doações, demonstrando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.
NBC T SP 03 – Item 105	Se a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços for provável, a entidade deve evidenciar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, uma estimativa de seu efeito financeiro.
NBC T SP 03 – Item 103	No caso de uso de avaliação externa para mensurar provisões, apresentar informação relacionada à avaliação.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>No caso de <i>Impairment</i>, apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização; b. valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida; c. se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso; d. se o valor recuperável for o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda), a base usada para determinar o valor líquido de venda (por exemplo: se o valor foi determinado por referência a um mercado ativo); e. se o valor recuperável for o valor em uso, a(s) taxa(s) de desconto usada(s) na estimativa atual e na estimativa anterior; f. para um ativo individual, a natureza do ativo.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Itens mais relevantes que compõem as VPA e VPD
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 (Repasse a maior ou a menor do FPM).
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	<p>Circunstâncias que devem ser apresentadas ainda que seus valores não sejam relevantes:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. redução a valor recuperável no ativo imobilizado; b. baixas de investimento; c. constituição ou reversão de provisões.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<p>Art. 104 da Lei nº 4.320/64 e Art. 4º da Lei Estadual nº 12.600/2004</p>	<p>Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da execução orçamentária do exercício atual e anterior:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Incorporação de ativo: <ul style="list-style-type: none"> i. aquisição de estoques; ii. aquisição de bens móveis; iii. construção e aquisição de bens imóveis; iv. aquisição de títulos e valores; v. concessão de Empréstimos; vi. outras incorporações de ativos. b. Desincorporação de passivo: <ul style="list-style-type: none"> i. amortização da Dívida Pública; ii. amortização de Precatórios; iii. outras desincorporações de passivos. c. Incorporação de passivo: <ul style="list-style-type: none"> i. tomada de empréstimos; ii. outras incorporações de passivos. d. Desincorporação de ativos: <ul style="list-style-type: none"> i. cobrança da dívida ativa; ii. alienação de estoques; iii. alienação de bens móveis; iv. alienação de bens imóveis; v. alienação de títulos e valores; vi. recebimento de empréstimos; vii. outras desincorporações de ativos.
<p>NBC T SP 01 – Item 106</p>	<p>Montante de recebíveis reconhecidos em relação à receita sem contraprestação.</p>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

<p>MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas</p>	<p>Descrever os itens que compõem os fluxos de caixa mais relevantes</p>
---	--



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvam o uso de caixa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XIX

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (60)
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período				Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado	
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	
Restos a pagar (Subtotal)						
Processados 20x1... 20x2... 20xx...						
Subtotal dos RPP						
Não processados 20x1... 20x2... 20xx...						
Subtotal dos RPNP						
Depósitos (Subtotal)						
Cauções Consignações (...) Outros Depósitos						
Total						

NOTAS: vide Nota 60 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XX

**RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Tipo de Parceria (61)	Nº/Ano (62)	Período de vigência (63)	OSC (64)		Parceiro Público (65)	Objeto (66)	Valor pactuado (67)	Repasses financeiros		
			Razão Social	CNPJ				Nº OB (68)	Data do Pagamento (69)	Valor (70)

NOTAS: vide Notas 61 a 70 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XXI

**MAPA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE CONTRATOS RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS**

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

Nº Contratação Emergencial (71)	Modalidade (72)	Processo/Ano (73)	Portaria Comissão (74)	Nome / Razão Social (75)	CPF/CNPJ (76)	Objeto (77)	Data Contratação (78)	Prazo Contratual (79)	Local (80)	Valor (R\$) (81)

NOTAS: vide Notas 71 a 81 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XXII

**RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)**

Contrato de Gestão nº/ano (82)	Período de vigência (83)	Organização Social (84)				Parceiro público (85)	Objeto (86)	Valor pactuado total (87)	Valor repassado acumulado (88)	Valores dos repasses financeiros no exercício (89)			Valor aplicado pela OS no exercício (90)	Transparência (91)
		Nome	CNPJ	Nº/Ano do Decreto Estadual	Prazo de vigência da qualificação					Nº OB	Datas de pagamento	Valor		

NOTAS: vide Notas 82 a 91 no ANEXO XXIII.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XXIII

NOTAS DOS ANEXOS

(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

ANEXOS II a X

Nota 1: Os demonstrativos deverão ser elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União, observando-se as seguintes ressalvas:

- a. As receitas e despesas orçamentárias deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelos seus valores brutos;
- b. As deduções da receita orçamentária deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor total e detalhadas em notas explicativas, conforme o tipo de classificação adotada em cada demonstrativo a que se refere o detalhamento;
- c. O Quadro principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º ou 4º nível) e um maior detalhamento deverá constar em quadros complementares das notas explicativas;
- d. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP deverão ser apresentadas segundo o modelo analítico do MCASP (3º nível de detalhamento do PCASP);
- e. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC deve ser composta por:
 - I. Quadro Principal;
 - II. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
 - III. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
 - IV. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
 - V. Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Nota 2: As Notas Explicativas serão partes integrantes de cada demonstrativo contábil da prestação de contas e devem ser apresentadas de forma sistemática, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente para o exercício.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXOS II a X

Nota 3: Para a Prefeitura, identificar as contas de depósito:

a. Na função saúde:

1 – dos recursos próprios;

2 – dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS;

3 – dos demais recursos.

b. Na função educação:

1 – dos recursos próprios repassados com periodicidade decenal;

2 – dos recursos do FUNDEB;

3 – dos demais recursos.

Nota 4: A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

a. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b. Valores empenhados e pagos no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar;

c. Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos).

Nota 5: Conforme arts. 1º, §2º, e 3º, § 2º, da Resolução TC nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

a. Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

b. Demonstração de resultados do exercício;

c. Balanço Patrimonial;

d. Demonstração das mutações do patrimônio social;

e. Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;

f. Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

g. Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

h. Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;

i. Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;

j. Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXOS II a X

Nota 6: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 7: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

ANEXO XI-A, ANEXO XI-B, ANEXO XI-C

Nota 8: Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS.

Nota 9: Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS.

Nota 10: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores.

Nota 11: Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

Nota 12: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local.

Nota 13: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única.

Nota 14: Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência.

ANEXO XII

Nota 15: Segmento de aplicação: Classificar os tipos de investimento das disponibilidades em moeda corrente (oriundas das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social) de acordo com seu segmento em: renda fixa e renda variável.

Nota 16: Tipo de investimento: Relacionar os tipos de investimento realizados. São exemplos de tipos de investimento: títulos de emissão do tesouro nacional, cotas de fundo de investimento previdenciário, cotas de investimento em renda fixa, depósitos em poupança, cotas de fundos de investimento em ações etc.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XII

- Nota 17: Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Base legal: Citar a base legal do limite de cada tipo de investimento realizado pelo regime próprio, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional. Exemplo: Res. CMN nº xxxxxx/xx, art. xxxxx, inciso xx.
- Nota 18: Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Porcentual: registrar o limite legal para cada tipo de investimento, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.
- Nota 19: Valor Aplicado (R\$): Registrar, em Reais, o montante de recursos previdenciários aplicados em cada tipo de investimento.
- Nota 20: Porcentual aplicado: Registrar o valor percentual correspondente a cada tipo de investimento em relação ao total das disponibilidades em moeda corrente.

ANEXO XIII-A, ANEXO XIII-B

- Nota 21: Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência.
- Nota 22: Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência.
- Nota 23: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS.
- Nota 24: Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).
- Nota 25: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS.
- Nota 26: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS.

ANEXO XIV

- Nota 27: Unidade Gestora (Secretarias Estaduais, Empresas Públicas, Autarquias etc.).
- Nota 28: Exercício Financeiro.
- Nota 29: Órgão ou entidade com competência para autorizar despesas ou empenhar.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XIV

- Nota 30: Período a que se referem as informações.
- Nota 31: Número da Concorrência-CC, se houver.
- Nota 32: Indicar a modalidade utilizada (Concessão comum, PPP Administrativa ou PPP Patrocinada).
- Nota 33: Identificação, de forma clara e concisa do serviço concedido ou a conceder (tipo de serviço). Deverão estar relacionados todos os serviços concedidos ou a conceder existentes no exercício, precedidos ou não de obra pública.
- Nota 34: Informar a etapa: Projeto em carteira; Autorização de estudo concedida; Estudos em análise; Licitação; Contratada.
- Nota 35: Informar o tipo de procedimento adotado para elaboração dos estudos do projeto: se através de iniciativa da Administração (PMI - Procedimento de manifestação de interesse ou procedimento similar) ou solicitação de estudo diretamente proposto pelo particular.
- Nota 36: CNPJ da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços.
- Nota 37: Razão Social da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços.
- Nota 38: Valor do negócio: valor previsto (para etapas: projeto em carteira, autorização de estudo concedido ou estudos em análise), valor estimado (etapa licitação) ou valor contratado.
- Nota 39: Número do contrato e a referência ao ano da contratação. Exemplo: 15/2022 (contrato de número 15 do ano de 2022).
- Nota 40: Data da Ordem de Serviço ou do efetivo início da prestação dos serviços.
- Nota 41: Prazo previsto no termo de contrato, ou documento equivalente, para execução da prestação dos serviços.
- Nota 42: Prazo total aditado (considerando todos os aditivos de prazo para a prestação dos serviços).
- Nota 43: Valor aditado acumulado (somatório de todos os aditivos para a prestação dos serviços).
- Nota 44: Somatório dos valores recebidos no período, referente às tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias.
- Nota 45: Somatório dos valores recebidos desde o início do contrato, referente às tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias.
- Nota 46: Situação que se encontra a prestação dos serviços: não iniciada, em andamento, concluída, paralisada.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XV

- Nota 47: O nome dos programas, ações e subação (se houver) conforme a Lei Orçamentária Anual.
- Nota 48: Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
- Nota 49: Total da despesa liquidada por programa e ações.
- Nota 50: Percentual alcançado (C/B).
- Nota 51: Produto em relação à meta física estipulada.
- Nota 52: Resultado físico previsto.
- Nota 53: Resultado físico alcançado.
- Nota 54: Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- Nota 55: Indicador previsto para medição do programa.

ANEXO XVII

- Nota 56: Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.
- Nota 57: Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.
- Nota 58: Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.
- Nota 59: Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XIX

Nota 60: A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XIX desta Resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares acompanhados de notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320/64;

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar;

Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) serão lançados de forma sintética neste demonstrativo, sendo o seu detalhado em quadros complementares com cruzamento de referências, caso necessário.

ANEXO XX

Nota 61: Tipo de Parceria: informar se é Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação.

Nota 62: Nº/Ano: informar o número/ano da parceria ou aditivo.

Nota 63: Período de vigência: informar o período de vigência da parceria.

Nota 64: OSC: informar a razão social e o CNPJ da Organização da Sociedade Civil.

Nota 65: Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela formalização da parceria.

Nota 66: Objeto: informar o objeto da parceria e do respectivo aditivo, se houver.

Nota 67: Valor pactuado: informar o valor pactuado na parceria/aditivo.

Nota 68: Nº OB: informar o número da Ordem Bancária – OB.

Nota 69: Data do pagamento: informar a data do pagamento da parceria.

Nota 70: Valor: informar o valor efetivamente repassado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XXI

Nota 71: Nº Contratação Emergencial: informar o número da contratação emergencial amparada pela Lei nº 13.979/2020

Nota 72: Modalidade: modalidade utilizada para aquisição do bem ou contratação do serviço.

Nota 73: Processo: número do processo e ano.

Nota 74: Portaria Comissão: número da portaria que designou a comissão para realizar os processos de aquisição.

Nota 75: Nome / Razão Social: nome do fornecedor do bem ou serviço.

Nota 76: CPF / CNPJ: número de inscrição do fornecedor na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Nota 77: Objeto: discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado.

Nota 78: Data Contratação: data da formalização da contratação ou, se não houver, da emissão do empenho.

Nota 79: Prazo Contratual: prazo de vigência da contratação.

Nota 80: Local: local da entrega do bem ou da prestação do serviço.

Nota 81: Valor (R\$): valor total da contratação.

ANEXO XXII

Nota 82: Contrato de gestão nº/ano: informar o número/ano do contrato de gestão ou termo aditivo.

Nota 83: Período de vigência: informar o período de vigência do contrato de gestão.

Nota 84: Organização Social: informar o nome da Organização Social, o CNPJ da Organização Social, o número e ano do Decreto Estadual que qualifica a entidade como Organização Social ou que renova essa qualificação e o prazo de vigência da qualificação/renovação.

Nota 85: Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela assinatura do termo.

Nota 86: Objeto: informar o objeto do contrato de gestão ou termo aditivo.

Nota 87: Valor pactuado total: informar o valor pactuado no contrato de gestão ou termo aditivo.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

ANEXO XXII

Nota 88: Valor repassado acumulado: informar o valor repassado à Organização Social, por meio desse contrato de gestão, desde o início da sua vigência até o encerramento do exercício da prestação de contas.

Nota 89: Valores dos repasses financeiros no exercício: informar os números das Ordens Bancárias (OB), as datas dos pagamentos e os valores dos repasses financeiros, realizados no exercício da prestação de contas, para a Organização Social.

Nota 90: Valor aplicado pela OS no exercício: valor total aplicado pela OS no exercício da prestação de contas.

Nota 91: Transparência: informar o endereço eletrônico dos sítios oficiais na internet onde estão disponíveis as informações sobre o contrato de gestão